MEIO AMBIENTE IMPUL

Brasil só perde para a Índia na captação de recursos

A necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa ganhou novo aliado e faz crescer novo negócio: a venda de créditos de carbono. Bom negócio para as empresas e o meio ambiente. Exemplo é a queima de gás metano, que de vilão passou a aliado do meio ambiente.

A idéia do mercado de crédito de carbono surgiu embrionariamente na Conferência sobre o Clima no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92). Ganhou contornos a partir dos movimentos de redução de metas de emissão de gases pelos países desenvolvidos da Europa, reforçada pelo Protocolo de Kyoto, de 1997. A proposta era de que países em desenvolvimento vendessem créditos de carbono lastreados em gases que deixaram de emitir, para os países desenvolvidos que precisavam cumprir metas de redução de emissão de poluentes. Os créditos de carbono são títulos indicativos de que determinada quantidade de gases do efeito estufa deixou de ser lançada na atmosfera, para evitar o agravamento do aquecimento global.

Em 1997, os países desenvolvidos aderiram ao Anexo l do Protocolo de Kyoto para a redução autoaplicada de poluentes. Nele. 189 países que aderiram ao documento assumiram o compromisso de reduzir a emissão de dióxido de carbono a níveis inferiores de 1990. "O Brasil não teve cotas de redução, mas entrou com criatividade no Protocolo. É brasileira a idéia do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado também em 1997) como compensação", conta Ingo Plõger, presidente da IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional Ltda. Plõger ainda atribui o sucesso da proposta à criatividade empresarial na identificação de projetos.

O MDL é um mecanismo de flexibilização, segundo o qual os países desenvolvidos que não conseguirem cumprir suas metas de redução recorrem à compra, como compensação, de créditos de carbono produzidos por projetos de eficiência adotados pelos países em desenvolvimento. Um mercado que já movimenta bilhões de euros ou dólares em licenças de emissão de crédito de carbono. Os créditos são vendidos a empresas de países da União Européia e do Japão, cujos governos definiram metas para a redução da poluição.

O Brasil já é destaque no mercado mundial de crédito de carbono, que, segundo o Banco Mundial, movimentou mais de US$ 25 bilhões no ano passado. O País é o segundo em número de projetos de MDL registrados na Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU. Do total de 575 projetos de redução de emissão de poluentes anotados pela ONU até o início de abril, o Brasil ocupa a segunda posição, com 95 projetos (dos cerca de 170 que apresentou), atrás apenas da índia, com 190. O Protocolo de Kyoto prevê a redução de 5% na emissão de gases do efeito estufa entre 2008 e 2012.

.SIONA NOVO MERCADO

O registro do projeto na ONU é uma das exigências para a comercialização dos créditos de carbono, feita ainda de maneira esparsa, no mercado de balcão. A perspectiva de expansão de negócios, contudo, tem levado à criação de empresas especializadas, seja em serviços de assessoria financeira, seja na área técnica de montagem de projetos para o controle de emissão de poluentes. Ricardo Esparta, sócio-diretor da Ecoinvestcarbon, empresa da Bunge, comenta que cresce o número de empresas brasileiras interessadas em assessoria financeira para a elaboração de projetos. Um dos últimos, no valor de US$ 10 milhões, foi o de uma empresa de geração de eletricidade, que passou a produzir energia com uso de resíduo de madeira (biomassa).

O setor campeão de projetos de crédito de carbono no País é o de aterro sanitário, considerado pelos especialistas um dos mais atraentes economicamente. Aliás, o primeiro negócio com crédito de carbono no País foi materializado por uma empresa de aterro sanitário do Rio de Janeiro no valor de US$ 15 milhões. O processo, no caso, consistiu em reduzir a emissão de gás metano (CH_4), emitido pela fermentação do lixo acumulado, 21 vezes mais danoso ao meio ambiente do que o gás carbônico (CO_2). "Em princípio, aquilo que não tem valor econômico isoladamente (o gás jogado na atmosfera) passa a ser interessante para aproveitamento do ponto de vista do Protocolo de Kyoto", comenta Esparta.

A energia renovável é outra área de interesse para a montagem de projetos de emissão de créditos de carbono por causa da percepção de risco menor. Nesse caso, adiciona-se à estrutura já existente (para a geração de eletricidade) algo para obter, sobre esse esforço complementar para reduzir a emissão de poluentes, o crédito de carbono, mesmo sem o Protocolo de Kyoto, explica o diretor da Ecoinvestcarbon.

A aposta entre os especialistas é de contínua expansão dos negócios no mercado doméstico

A continuidade ou não do cumprimento de metas de emissão pelo Protocolo de Kyoto além de 2012, já que as negociações na ONU para sua prorrogação estão suspensas no momento, é um fator de incerteza no mercado de crédito de carbono. Mas não o único. Há insegurança também em relação ao comportamento de preços dos créditos, diz Esparta. O temor está associado à dúvida sobre se haverá demanda suficiente para os créditos de carbono que chegarão ao mercado nos próximos anos. Ele lembra que, na maior turbulência desse mercado, a cotação despencou de 30 euros a tonelada, no início de 2006, para entre 6 a 8 euros a tonelada em meados daquele ano, como reflexo dos resultados aquém dos previstos em medições feitas na França e na Espanha.

A preocupação se volta principalmente à China, forte concorrente na disputa pelos compradores de créditos de carbono. Uma eventual opção por um investimento em técnicas mais limpas pelos chineses, que têm sua matriz energética quase toda baseada em queima de carvão, um dos combustíveis fósseis mais poluentes, poderia redundar em grande oferta de créditos de carbono no mercado e baixa das cotações.

A aposta entre os especialistas, contudo, é de contínua expansão dos negócios no mercado doméstico, que já vendeu cumulativamente um volume de crédito de

carbono de cerca de US$ 200 milhões a US$ 300 milhões, segundo Ingo Plöger. "É um volume ainda muito pequeno em relação ao potencial", estimado por ele em algo entre 700 milhões e l bilhão de euros por ano. Ele baseia o prognóstico na emissão projetada de gases poluentes da atmosfera. "Se com 6 bilhões de toneladas de emissão o efeito estufa já causa uma situação dramática, o que dizer com uma emissão de 40 bilhões de toneladas prevista para daqui a 20 anos?"

Plöger diz que são potenciais emissores de créditos de carbono todos os projetos de empresas que atuam em áreas que podem substituir o elemento fóssil (petróleo, por exemplo) pelo orgânico, incluindo toda a parte do biodiesel e energias renováveis, como a derivada de biomassa e a eólica. Em relação ao etanol, combustível da moda, ele entende que o crédito de carbono gerado pertenceria ao comprador de um carro flex. Ele não vê possibilidade de compensação na exportação, mas diz que a empresa que vender o veículo flex ao exterior poderá obter vantagens financeiras, como já prevêem acordos com o Japão. Outra atividade com forte potencial de emissão de créditos de carbono, segundo Plöger, seria a redução de queimadas de floresta e projetos de reflorestamento.

As negociações de crédito de carbono já estão com o pé fincado na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Os negócios serão desenvolvidos em duas frentes. A primeira é por meio do Banco de Projetos, em que a BM&F, em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisa e aprova os projetos de empresas interessadas em emitir créditos de carbono. Em outra frente, a BM&F já está com um sistema pronto de negociação por leilão à espera de empresas interessadas em participar do pregão como ofertante ou comprador de créditos de carbono. Cada leilão terá um edital com todas as especificações e será agendado de acordo com a procura do mercado. "Alguém que já tenha o crédito já aprovado pode ofertar o produto para fundos e empresas que tenham interesse na redução de emissão de carbono", explica Guilherme Fagundes, do Departamento de Produtos Especiais da BM&F.

"Hoje tudo é feito no mercado de balcão, mas a tendência é que os negócios migrem para o ambiente da bolsa", avalia. Para Fagundes, o ingresso da BM&F no segmento com crédito de carbono vai representar uma evolução nos negócios. Ele diz que no mercado de balcão, onde são comercializados os créditos no momento, os negócios apresentam baixa liquidez e baixo nível de padronização. Em um mercado regulado, haverá maior segurança nos negócios.

Fagundes diz que, diferentemente da Bolsa de Chicago, um mercado mais flexível em que são negociados créditos de empresas que têm metas voluntárias de redução de emissão de gases do efeito estufa, na BM&F os produtos têm de seguir os ritos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Vale lembrar que os Estados Unidos estão fora do Protocolo de Kyoto, mas cerca de 20 Estados americanos adotam normas de emissão de gases do efeito estufa mais rigorosas que o Protocolo.

Ele diz que a BM&F poderá criar também mercados diferenciados, de metas voluntárias, como o de Chicago.

À espera de empresas interessadas em dar largada aos primeiros leilões, Fagundes diz que não é possível quantificar, por enquanto, o volume de negócios que será movimentado pelo mercado de crédito de carbono da BM&F. F

Fonte: Forum de Lideres, ano 10, n. 21, p. 18-20, maio. 2007.